



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Brasília, 1 de outubro de 1962.

No Palácio do Planalto, ao ser lançado o programa de emergência de educação.

É com a maior satisfação que compareço a êste encontro com os Senhores Secretários de Educação dos Estados, convocados a Brasília pelo Senhor Ministro Darcy Ribeiro, para acertar medidas práticas de alta relevância, dentre as quais se destacam, pelo seu elevado sentido social, as que têm por objetivo dar maior amplitude à luta contra o analfabetismo.

Constitui preocupação básica do atual Govêrno orientar-se, com sua ação e em seus objetivos, por meio de um planejamento global, para que realize sua marcha pelo desenvolvimento tendo em vista rumos prèviamente determinados, sempre presentes as reais possibilidades do País.

Mas o planejamento geral demanda estudos e algum tempo. Enquanto isso, torna-se indispensável dar imediato encaminhamento à solução dos problemas mais graves que preocupam a vida econômica e social desta nação.

Assim, ao lado das medidas a longo prazo, e até mesmo enquanto vamos fazendo uma radiografia geral do País, para uma ação mais construtiva e condizente com nossas possibilidades reais, há providências que não podem esperar, há problemas que devem ser enfrentados imediatamente, na linha das medidas de emergência de fundamental importância para a vida nacional.

Não podemos parar para realizar o planejamento: ao contrário, vamos planejar em plena marcha pelo desenvolvimento, embora retificando rumos quando isso se tornar necessário.

O Brasil não pode parar. É por isso que aqui estamos, Senhores Secretários, cuidando de pôr em prática, urgentemente, já amanhã,

para não dizer hoje mesmo, medidas concretas de combate ao analfabetismo.

Confrange o coração de todos os brasileiros, especialmente dos que têm, como nós, sobre os ombros, tão graves responsabilidades perante a Nação, saber que 54% das crianças brasileiras em idade escolar não podem freqüentar escolas — isto é, nega-se, neste instante, o direito de conhecer as letras do alfabeto a três milhões e quatrocentos mil brasileiros de 7 a 12 anos de idade.

Nós, autoridades e secretários, que freqüentamos escolas, não temos o direito de nos vangloriarmos, enquanto formos incapazes de, pelo menos, reduzir substancialmente a taxa do analfabetismo em nossa pátria. É preciso que se substitua o sinal digital dos que hoje não sabem escrever pela própria assinatura do cidadão brasileiro consciente de seus direitos e plenamente consciente de seus deveres.

Não podemos continuar por mais tempo indiferentes a esta triste realidade. Daí ter-se dedicado o Senhor Ministro da Educação, desde o primeiro momento no comando de sua pasta, atendendo aos desejos do Governo e aos reclamos gerais da Nação, ao estudo de providências que visam a atenuar a gravidade do problema social do analfabetismo, que tanto nos preocupa.

Vamos partir do concreto. Não nos vamos perder em discussões teóricas de problemas que não comportam mais debates, mas que exigem medidas práticas, urgentes e objetivas.

Senhores Secretários, não se pode pensar em emancipação do País se, ao mesmo tempo, não se criarem condições de, ao menos, alfabetizar o nosso povo, preparando-o para a grande luta pelo progresso e pela justiça social. A indústria moderna, a agricultura racionalizada, que desejamos implantar e expandir no País, reclamam homens que possam dispor, pelo menos, de um mínimo de conhecimentos.

Para enfrentar desde já êste desafio ao nosso patriotismo, o Governo está decidido a empregar o mais poderoso esforço, a fim de multiplicar e melhorar escolas, pelos processos racionais, sem vacilações e sem medir sacrifícios.

O programa de emergência, que hoje pomos em execução, com a assinatura de convênios entre a União e os governos estaduais, é o

primeiro lance dessa intensiva e patriótica batalha. É um pacto entre as autoridades brasileiras das diferentes esferas do poder, para equacionar e encaminhar a uma pronta solução o problema nacional do analfabetismo.

Quase seis bilhões de cruzeiros já estão destinados, em cuidadoso planejamento, à construção de novas salas de aula, ao seu equipamento, à melhoria das condições materiais dos colégios, à regularização das bôlsas de estudo, à extensão da escolaridade, à preparação do professorado, à difusão, enfim, de bom material didático entre todos os escolares.

Sòmente na produção e difusão de material didático, mais de um bilhão de cruzeiros já estão sendo aplicados. Para isto, foram feitas à indústria editorial brasileira as maiores encomendas que ela jamais recebeu e que permitirão levar às escolas primárias:

— quatro milhões de cartilhas e 150 mil manuais de alfabetização;

— milhões de cadernos e lápis escolares, a serem distribuídos às escolas do País.

Cada professôra primária receberá uma pequena enciclopédia de orientação didática, integrada de seis volumes, de cêrca de mil páginas, e, ainda, um dicionário escolar do professor, com 1 250 páginas, e um atlas histórico e geográfico.

Para os estudantes das escolas médias, que tantas dificuldades encontram na aquisição de material escolar, estão sendo editados, inicialmente, 400 mil exemplares de livros de estudos, para venda a preço de custo.

O dôbro da importância destinada a material didático será entregue, neste momento, aos Secretários de Educação de todos os Estados, para que sejam atendidas imediatamente as necessidades mínimas mais urgentes da rêde escolar primária e média, e visando, acima de tudo, a:

— conduzir às escolas o maior número possível de crianças de 7 a 12 anos que atualmente não as podem frequentar;

— identificar em cada casa, em cada rua, em cada fazenda, em cada sítio, cada um dos jovens brasileiros que deverão alcançar, no próximo ano, ainda analfabetos, a idade de 14 anos — idade legal do trabalho — e a idade de 18 anos — idade da responsabili-

dade civil —, para proporcionar-lhes classes noturnas de alfabetização e de recuperação cívica.

No campo do ensino médio, o programa de emergência proporcionará recursos que permitirão, entre outras medidas:

— utilizar centenas de escolas normais de todo o País para cursos intensivos de aperfeiçoamento de professoras, nas próximas férias escolares;

— oferecer à juventude brasileira mais de 100 mil matrículas gratuitas em ginásios públicos;

— instalar nos educandários de nível médio centenas de unidades de ensino técnico, que permitirão orientar a educação, até agora marcadamente acadêmica, no sentido da educação do povo para o trabalho.

Tudo nos convence de que estamos ingressando em uma fase renovadora da educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que êste Govêrno teve a satisfação de sancionar, dá-nos o instrumento indispensável para que se ofereçam mais e melhores oportunidades de educação à juventude da nossa pátria.

Com o ato de hoje, estamos colaborando para a descentralização preconizada por esta lei. É a outorga de autonomia educacional aos Estados brasileiros — tão bem representados aqui por Vossas Excelências —, que há de ser fecunda de inovações, para enriquecimento social das unidades federativas.

Senhores Secretários:

Êste plano de emergência é apenas a primeira etapa da luta que encetamos contra o analfabetismo. Já no próximo ano, o Govêrno Federal, com recursos orçamentários mais substanciais, empreenderá uma ação da maior amplitude e profundidade.

Cumprimento a cada um dos Senhores Secretários de Educação aqui presentes, certo de que os recursos e os compromissos expressos nos convênios ora firmados, aliados à capacidade de trabalho dos titulares das Secretarias de Educação estaduais, bem como ao patriotismo dos Senhores Governadores, constituirão novos estímulos que muito irão contribuir na tarefa, que a todos nos cabe, de construir uma grande nação, liberta das cadeias da ignorância e do atraso, para dar plena expansão à vontade do povo brasileiro de progredir e progredir sempre, pelo trabalho e pela cultura.